

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



programs of Debureaucratization and Privatization of the Federal Government (1967 to 1982) and considerations about privatization of urban real estate of the Union. We will analyze CSN's internal documentation for the study period, which will help us with the real estate issues carried out by CECISA in Volta Redonda.

Keywords: Companhia Siderúrgica Nacional - CSN; Imobiliária Santa Cecília S/A-CECISA; Privatization; Deprivatization; Space Statization.

INTRODUÇÃO

Por muitas décadas a chegada da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no território de Volta Redonda, norteou a forma de gestão do espaço urbano, visto que a usina intensificou o processo de ocupação da cidade, principalmente no período compreendido entre 1960 e 1980, em função da intensa atração de mão de obra e as fases de expansão da unidade fabril. Todavia, as melhores terras eram, e ainda são, de domínio e uso da empresa e sua vila.

A implantação da CSN em Volta Redonda, de acordo com Piquet (1998), é marcada por relações estabelecidas entre a empresa e a força de trabalho, envolvendo as condições de moradia. Ainda segundo a autora, em cada fase da concretização desse projeto ocorreram também mudanças no modo de operar estas relações, contudo, a empresa nunca deixou de exercer, para o período estudado, influência sob as tratativas imobiliárias de sua vila operária.

Assim como na maioria das cidades brasileiras que experimentavam a industrialização, Volta Redonda também experenciou a prática de planejamento do Estado, principalmente no que diz respeito a construção da vila operária da CSN e a atração de mão de obra para a grande indústria siderúrgica nacional, a partir de 1941. Este momento estava de acordo com a postura assumida pelo governo central frente a aceleração da urbanização no país dinamizada pelo processo de industrialização.

É neste mesmo intervalo, de urbanização acelerada, que a CSN cria, em 1964, a Imobiliária Santa Cecília S/A - CECISA (empresa subsidiária do grupo CSN) para gerir sua política habitacional, estabelecida desde 1941, quando teve início a construção da usina e sua vila. Através de sua imobiliária, a siderúrgica, continuava a gerir a vila operária de forma indireta, se desfazendo da responsabilidade de promoção da moradia operária e retirando das pautas reivindicatórias dos trabalhadores a questão habitação.

A imobiliária subsidiária atuou na gestão habitacional da vila operária da CSN de 1964 a 1984. Sendo responsável pela intensificação das ações da privatização dos imóveis urbanos da empresa no período de 1967 a 1982. Por intermédio da CECISA a CSN estabeleceu uma nova relação com a Cidade Nova (nomenclatura dada à porção de Volta Redonda construída pela CSN, ou seja, sua vila operária).

Dito isto, a pesquisa buscará entender o procedimento de venda das casas da vila operária da CSN aos funcionários, bem como, a passagem dos bens de uso coletivo ao município de Volta

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Juntamente com a Rádio Siderúrgica Nacional criada em 1955, tinha o propósito de transmitir os valores da estatal aos seus funcionários e familiares; e, entrevistas com ex-funcionários CECISA que continuaram (ou não) na atividade imobiliária.

CONSTRUÇÃO DA CSN EM VOLTA REDONDA: PRIMÍCIAS DA ESTATIZAÇÃO DO ESPAÇO

A ocupação do território de Volta Redonda tem seu início a partir das práticas agropastoris das primeiras populações indígenas residentes na região e se intensifica com a chegada da produção cafeeira e suas grandes fazendas. Esse período da história do Médio Vale do Paraíba fluminense promoveu a formação do pequeno povoado de Santo Antônio de Volta Redonda, que atinge sua elevação à 8º distrito de Barra Mansa em 1926. Além de contribuir para o recebimento do audacioso projeto siderúrgico em 1941.

[...] O velho povoado de Santo Antônio de Volta Redonda, margem esquerda do Paraíba, e o pequeno núcleo urbano localizado nas proximidades da estação velha da Central do Brasil, expandiam-se em ritmo quase semelhante ao grande empreendimento, transformando rapidamente o distrito em uma grande cidade (ADESEG, 1971: 04).

As transformações ocasionadas pela implantação da Companhia Siderúrgica Nacional na cidade colaboraram para maior independência do povoado de seu distrito sede, promovendo em 1954 sua emancipação política. Essa breve análise pretérita nos permite perceber os impactos causados no espaço urbano de Volta Redonda pela implantação do projeto industrial de amplitude do plano siderúrgico do Governo Vargas.

Com a decisão de criação da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo decreto Lei nº 3.002 de 30 de janeiro de 1941, ocorreu a implantação da siderurgia no Brasil. Todavia, já na década de 1930, era possível perceber a existência de algumas poucas indústrias siderúrgicas espalhadas em pequenas plantas no território nacional, cuja produção era insuficiente para atender o mercado interno.

Piquet (1998) esclarece que sendo a CSN, uma companhia de capital público fez-se necessário discutir os aspectos locacionais e os relativos à produção. Após uma longa disputa entre Minas Gerais e São Paulo, foi escolhida uma localidade do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro, contrariando todos os interesses regionais que apoiavam as jazidas mineiras e a forte industrialização do Vale do Paraíba paulista. A localização, portanto, obedeceu a critérios marcadamente geopolíticos.

O projeto de Volta Redonda trazia em seu escopo algo além de apenas um local escolhido para a implantação de uma siderúrgica conforme afirma Lopes (2003), “figurava uma espécie de estandarte do projeto nacional de Vargas” (LOPES, 2003: 32). Lopes (2003) destaca que a usina seria uma espécie de alavanca tecnológica e de diversificação para a industrialização brasileira. E a cidade abarcaria códigos simbólicos que serviriam de exemplos para outras cidades em várias instancias, desde a tecnológica, econômica e industrial, até as sociais e urbanísticas.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Athayde (2004) observa que depois de um ano de estudos exaustivos realizados pela Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, para comprovar a viabilidade da construção do projeto siderúrgico de Getúlio Vargas, concluíam-se os trabalhos desta comissão com a escolha de Volta Redonda para sediar o empreendimento, e iniciava-se “então, os trabalhos para a organização de uma companhia e a construção de nossa grande usina a base de coque - a primeira levantada em todo continente sul-americano” (ATHAYDE, 2004: 41-42).

Volta Redonda atendia as primícias de que a área fosse plana, localizada às margens do Rio Paraíba e da principal ferrovia da região. Surgindo assim, a perfeita interação entre o capital financeiro, o trabalho e a formação social da cidade de Volta Redonda, pois os mesmos recursos que erguiam a planta industrial da CSN fomentavam a acomodação dos trabalhadores que vinham de todos os cantos do Brasil.

A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, de acordo com Athayde (2004), foi nomeada por Vargas em 3 de março de 1940, e era composta pelo Engenheiro Guilherme Guinle, Engenheiro Heitor Freire de Carvalho, Engenheiro Oscar Weinschenk, Major Edmundo Macedo Soares e Silva, Engenheiro Ary Frederico Torres e Capitão Tenente Noronha Torrezão. Existia uma subcomissão da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, que ficava na América do Norte, encarregada de “preparar o projeto definitivo da Usina, adquirir material e negociar os contratos finais com o Banco de Exportação e Importação” (ATHAYDE, 2004: 42) e, era composta pelo Major Edmundo Macedo Soares e Silva, Engenheiro Guilherme Guinle e Engenheiro Ari Frederico Torres, que após concorrência escolheram uma firma norte-americana de engenheiros consultores - Arthur G McKee, para conjuntamente a comissão ajudar no projeto construtivo da usina.

Lopes (2003) afirma que o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, por força de seu Decreto-Lei nº 237, de 25 de março de 1941, desapropriou as Fazendas Santa Cecília que pertencia a Nelson Godoy e a Fazenda Retiro (ou Fazenda Três Poços) de propriedade de Carlos Hassis. Ambas as desapropriações ocorreram em caráter de urgência e tiveram por destinação a implantação da usina siderúrgica, construção da vila operária, logradouros públicos, construção de edifícios públicos e contaria também com uma porção de áreas destinadas a futuras expansões da planta industrial.

A desapropriação destas fazendas caracterizava, portanto, o processo de estatização do espaço, num período marcadamente representado pelo Estado patrimonialista, sumamente em prol da industrialização. Volta Redonda é descrita, pelas autoras Morel (1989) e Piquet (1998), como um instrumento de mutação da economia brasileira, onde a cidade-empresa não estaria mais associada à figura do empresário (pessoa física), mas estaria subordinada a figura da empresa enquanto instituição, revestida de elementos simbólicos da nova fase da industrialização no país. Deste modo, a cidade deveria encontrar um equilíbrio entre a necessidade da acumulação capitalista e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, se tornando um símbolo de uma nova sociedade, ou ainda, como denominou Morel (1989), Volta Redonda estaria atrelada à ideia da “família Siderúrgica”.

Assim, a implantação da CSN na paisagem de Volta Redonda coincidia com o período de decadência da agricultura cafeeira na região e implicava, segundo Lopes (2003), numa mudança

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



profunda na paisagem do lugar, suplantando toda a tradição agrícola de um passado que começava a ser superado. Contudo, “Volta Redonda não era um espaço ‘liso’, sem heranças capazes de impor alguma resistência e condições ao novo que se anunciava” (LOPES, 2003:48).

SURGIMENTO DA A CECISA: UMA EMPRESA IMOBILIÁRIA DO GRUPO CSN

Conforme o aludido na seção anterior, a CSN foi a principal responsável pelo erguimento da usina siderúrgica e sua vila operária no período de 1941 a 1963. A empresa acumulava, neste período, as funções de produzir ferro e acomodação da mão de obra necessária para sua construção e funcionamento.

Diferentemente da maioria das vilas operárias estatais, que eram construídas e administradas pelos IAPs, a CSN foi a grande responsável pela construção e administração de sua vila e por um grande período foi gestora direta de sua política habitacional. Somente com as mudanças no cenário econômico e político, em meados da década 1960 e com o alinhamento administrativo das empresas estatais ao ideário liberal, que a empresa decide então criar uma empresa subsidiária. Deste Modo, a CSN passava a gerir de forma indireta as tratativas imobiliárias em sua vila. Sem, no entanto, se desvencilhar totalmente de seu controle.

É a partir de 1964, com intuito de dedicar-se inteiramente à siderurgia e separando a atividade produtiva da promoção habitacional que a CSN cria a Imobiliária Santa Cecília S/A - CECISA. O controle da CECISA era feito pela CSN, através da indicação e nomeação de seus diretores, pelo fato de a mesma ser uma subsidiária ‘integral’ da CSN (entrevista com ex-funcionário da CECISA, realizada em 16/11/2020).

A criação da CECISA foi resultado do Relatório do Grupo de Estudo para Venda das Casas da CSN em sua vila operária realizado em 1961. Este Grupo de Estudo tinha como objetivo demonstrar a viabilidade da transferência dos bens coletivos como ruas, praças, ajardinamentos e etc. (não públicos pois localizavam-se dentro da vila operária) à Prefeitura Municipal de Volta Redonda (PMVR) e das residências aos funcionários, além de promover estudos para novos empreendimentos e formas de financiamentos de autoconstrução e aquisição da casa própria pelos trabalhadores a fim de amenizar o déficit habitacional presente desde 1941. Inicialmente a Imobiliária Santa Cecília S/A (CECISA), surgiu como uma empresa subsidiária da CSN com participação social da Companhia e do IAPI.

A imobiliária surge no período em que o ciclo de acumulação industrial brasileiro, entre 1955 e 1967, entra em uma nova fase, basicamente em resposta às medidas do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1956 - 1961), onde a questão habitacional não era prioritária, o país passava por uma crise de moradias. Os 30 objetivos do plano estavam distribuídos em 5 setores (energia, transporte, indústria, educação e alimentação) o que acarretou no cenário nacional uma crise habitacional na década de 1960, ocorrendo assim uma reformulação da política habitacional até então praticada no país.

O novo regime procurou imprimir à previdência social o domínio do princípio administrativo-tecnocrático, excluindo a participação e a influência dos líderes

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



trabalhistas e dos segurados nas decisões da política previdenciária. A unificação dos institutos de aposentadoria e pensões, além de constituir uma tentativa de solução para a crise política, financeira e organizacional que a previdência vinha enfrentando desde o final da década de 1950, permitiria que esta se tornasse mais facilmente uma questão administrativa da competência do Estado (ABREU, FGV/CPDOC, 2021).

Somava-se a este quadro, a instabilidade política do Governo João Goulart (1961 - 1964) e o Golpe Militar de 1964. Sendo este último responsável pela retirada de João Goulart da presidência e a extinção dos IAPs. Em 1966 todos os institutos foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que garantia praticamente os mesmos benefícios que os IAPs, no entanto, não contemplava a questão habitacional.

O Governo Militar criou para tratar a questão da moradia, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinham como meta reforçar a presença estatal na política habitacional, considerada como uma das áreas prioritárias e estratégicas do Governo (FERREIRA, 2013: 155).

Ressaltando que no cenário nacional, a partir de meados dos anos 1960, ocorre um alinhamento da gestão da política com o ideário empresarial. Principalmente pela criação do BNH, que surgia com motivação política de conquista das massas populares, prefigurada pelo papel ideológico da aquisição da casa própria, numa tentativa de tornar compatíveis os anseios sociais com o bom desempenho do setor bancário. Para tanto, utilizavam a poupança compulsória e voluntária como fonte estável e permanente de financiamento, via SFH. No campo das negociações imobiliárias, o país experimentava uma estratificação do mercado imobiliário pela renda do mutuário, ou seja, estavam classificadas em popular, econômica ou médias. E, houve também neste período a criação das COHABs, correspondiam a empresas de capital misto na produção de moradia num modelo bancário.

No caso específico de Volta Redonda, Morel (1989) observa que a CSN naquele mesmo período, precisava ainda lidar também com outras questões, tais como a ampliação da produção da usina para atender a demanda interna; estabelecimento de uma nova relação com a administração municipal; com o fortalecimento dos movimentos sociais; a concorrência interna com outras duas grandes estatais, a USIMINAS que começara a operar em 1963 e a COSIPA que começa a produzir laminados em 1964; além da concorrência com o aço importado, embora, segundo a autora, o aço da CSN estivesse com o preço 50% menor em relação ao aço do exterior.

A crise estabelecida no início da década de 1960 tornara a CSN alvo de ajustes financeiros e administrativos que atingem diretamente as relações de trabalho e as políticas sociais anteriormente praticadas. Além de estabelecer um novo Plano de Cargos e Salários (1966), também fizeram parte dessa nova diretriz a venda das casas pertencentes à Companhia e a transferência ao poder público municipal de áreas e serviços até então sob responsabilidade da empresa.

Essas, dentre outras medidas, representariam o fim de um ciclo (MOREL, cap. VII), uma vez que o mito da “família siderúrgica” seria abandonado, seja como retórica ou prática, pela nova estratégia de gestão da CSN (PEREIRA, 2007:58) e dariam início a primeira privatização da CSN e a (des)privatização. visto que, o acesso ao espaço da vila operária era apenas permitido



aos funcionários residentes. A passagem dos imóveis de uso coletivo à Prefeitura Municipal de Volta Redonda (PMVR) acontece em 1968.

Assim, este primeiro episódio de venda das casas da vila operária indica que na realidade a CSN passa, não somente por um, mas por dois momentos de privatização, sendo o primeiro o período (a partir de 1964) quando a relação entre empresa e sua vila operária se desfaz por intermédio da CECISA, através da venda dos imóveis urbanos e o segundo com a venda da unidade fabril em 1993. Em ambos os momentos a CSN realiza a passagem de seu patrimônio ao setor privado.

Já a (des)privatização acontece em 1968 quando a CSN, por intermédio da CECISA, entrega os bens de uso coletivo (não público) à Prefeitura Municipal de Volta Redonda (PMVR), visto que, o acesso ao espaço da vila operária era apenas permitido aos funcionários residentes. Inclusive toda a manutenção pública que também era realizada exclusivamente pela CSN é transmitida à prefeitura.

Assim, com a criação da CECISA, a companhia entrega seu patrimônio privado (casas e terrenos) a sua imobiliária subsidiária com intuito que fossem, de forma autônoma, administrados e vendidos, num movimento de privatização de seus imóveis urbanos. E seu patrimônio coletivo, não público, (ruas, praças, serviços urbanos e etc.) à Prefeitura Municipal, de certa forma, configurando a (des)privatização dos espaços de uso exclusivo dos funcionários moradores da vila operária. A CSN reteve para si, naquele momento, apenas terrenos que poderiam ser utilizados na expansão de sua planta industrial.

VENDA DAS CASAS DA VILA E PASSAGEM DOS BENS COLETIVOS À PMVR: UMA RESPOSTA AO PROGRAMA NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO

“A CSN cria a CECISA para absorver alguns serviços que não estavam ligados à atividade-fim da empresa” (entrevista do ex-funcionário da CECISA, realizada em 16/11/2020), ou seja, após a consolidação de uma sociedade operária, já não fazia sentido, naquele momento (década de 1960), a CSN continuar a construir casas aos seus funcionários. Construir, alugar e mantê-las tornara-se oneroso e fora do contexto de 1941, período de Getúlio Vargas, ou seja, algo desnecessário. A CECISA se caracterizou como o instrumento liberal da forma de gestão do espaço urbano de Volta Redonda. As expansões, tão necessárias à vila operária, deixavam de se configurar como uma recompensa aos empregados e passavam a se pautar pela lógica da especulação imobiliária dentro e fora da vila operária.

A “primeira privatização” acontece instrumentalizada pela entrega dos bens imóveis aos funcionários e, é concomitante à (des)privatização, que acontece pela passagem dos bens de uso coletivo à prefeitura. A venda dos imóveis da vila operária da CSN ocorreu unidade a unidade, ou seja, imóvel a imóvel. Mais de 5 mil casas foram vendidas desta forma.

A CECISA executava o mesmo procedimento de venda para todas as unidades, estes englobavam a avaliação do imóvel para a venda, a oferta preferencial ao inquilino residente, estudo de capacidade de financiamento junto do departamento de pessoal da CSN (pois os descontos dos financiamentos habitacionais eram realizados em folha de pagamento), assinatura do contrato e etc.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



estatais cujo controle pelo setor público não fosse mais necessário ou justificável” (PINHEIRO & OLIVEIRA FILHO, 2017: 14).

Se anteriormente, a criação da CECISA apresentava-se como uma forma otimizada da CSN dedicar-se apenas a função produtiva de aço, agora, surgia o questionamento da necessidade de sua existência. Segundo o Relatório da Diretoria de 1981, as Empresas Controladas, dentre as quais a CECISA, buscavam se enquadrar no contexto do setor privado, pela privatização, ou, de serem assimiladas pela CSN em forma de departamento.

Isso tudo em consonância com o Decreto-Lei nº 86.215 de 15 de Julho de 1981, que estabelecia “restrições à criação, no âmbito federal, de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações e dispunha sobre o artigo 172 do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967” (BRASIL, 1981) e considerava os objetivos dispostos no Artigo 3º do Decreto-Lei nº 83.740/1979, na intenção de coibir a criação de novas estatais.

Neste contexto de restrições, o Relatório da Diretoria de 1981, informa que além do andamento da política habitacional da CSN, “prosseguiam, também, os trabalhos relativos à departamentalização da Imobiliária Santa Cecília S/A - CECISA” (CSN, 1981: 10), que haviam começado desde o final da década de 1970.

Assim, a CECISA foi extinta em 1984, os bens imóveis administrados por ela retornaram ao controle e administração direta da CSN. Alguns funcionários da CECISA foram absorvidos pela CSN, num departamento próprio, criado para dar continuidade às atividades realizadas até então pela subsidiária. O período de existência da CECISA representou para Volta Redonda uma mudança da forma de gestão do espaço urbano, alteração na política de moradia utilizada para acomodar os funcionários da usina e a consolidação da mercantilização do espaço urbano em toda a cidade de Volta Redonda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs, de forma pioneira, analisar a relação cidade x empresa estabelecida a partir de 1964, onde a CSN e o país não somente experimentaram um novo sistema de governo, como também uma mudança na forma de gestão das empresas estatais.

Para o enfrentamento dos desafios liberais e em resposta às dificuldades financeiras, a CSN cria a CECISA, uma empresa imobiliária para gestão de sua política habitacional. O que implicou diretamente no cotidiano de seus funcionários e na relação com sua vila operária, bem como, com a administração municipal. Configurando a primeira grande privatização da CSN e sua primeira (des)privatização no período de existência da CECISA (1964-1983).

No âmbito das grandes reformas administrativas a que as empresas estatais foram submetidas desde 1967, a CECISA prontamente se colocou dentro dos modelos exigidos por estes arranjos, principalmente pela sua autonomia como subsidiária. Ao passo que assumia a produção dos empreendimentos como incorporadora, agindo como agente imobiliário que constrói e vende novos imóveis, adequando-se ao mercado de forma capitalista.

Como vimos, para as habitações já construídas havia a intenção de redução do custo social inerente à produção e manutenção das moradias operárias e, também o retorno gradativo desse capital ocioso aos cofres da empresa. Todavia, não podemos afirmar o mesmo quanto aos novos empreendimentos. O que ora presumimos é que as novas unidades habitacionais eram ofertadas a preço de mercado, sendo realizado além de estudos de capacidade de compra por parte dos empregados também um amplo estudo de precificação junto ao mercado imobiliário local, que a esta época, já se encontrava bem consolidado.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



No cerne das reformas administrativas havia a intenção de transformar as empresas públicas em organizações mais ágeis e eficazes. Contudo, tais mudanças significavam também torná-las mais competitivas face às empresas privadas, contrariando a intencionalidade do governo em torná-las mais enxutas, eficientes e atrativas ao setor privado.

Neste percurso foi possível pensar que a CECISA frente às novas demandas federais de aprimoramento das práticas administrativas, era ágil e eficaz. Tal eficiência representava um problema para o próprio Governo Federal, num momento em que existe a intencionalidade de tornar as empresas ágeis e enxutas, contudo, tais mudanças tornavam-na também mais competitiva, o que significava que a imobiliária disputaria espaço com empresas privadas do setor imobiliário.

Outro ponto que merece destaque é que sendo a CECISA uma empresa subsidiária da CSN, seu enquadramento aos novos perfis exigidos pelos Decretos-Leis era muito rápido, e seu aprimoramento gerencial acabava contribuindo para sua ação como grande empresa incorporadora. De forma que, mesmo departamentalizada houve a continuidade dos empreendimentos por parte da imobiliária, dada a sua eficiência.

E, o que ora concluímos neste trabalho é que a CSN, se adapta aos programas de desburocratização do Governo Federal, inicialmente, cria a CECISA e a adequa as reformulações administrativas as quais se submeteram as empresas estatais, para que a CSN preconizasse a produção de ferrosos e se desvencilhasse das funções assumidas em governos anteriores.

Assim, a pesquisa pautou-se na atuação da CECISA, não só como uma inflexão na relação entre a CSN e a cidade, o que efetivamente garantiu a primeira privatização da CSN, como também a pesquisa trouxe elementos elucidativos da CECISA enquanto empresa que agiu em sintonia com as novas demandas da administração federal, transformando-a em eficiente instrumento de consecução da lógica capitalista do espaço, durante o período de sua existência.

REFERÊNCIAS

As referências devem ser apresentadas em ordem alfabética, de acordo com as normas ABNT/NBR-6023.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <
https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/edmundo_de_macedo_soares.>. Acesso em: 10/07/2021.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-previdencia-social-inps>. Acesso em: 08/03/2021.

ADESG. Influência da Expansão da CSN na Comunidade. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. Delegacia do Estado do Rio de Janeiro. Volta Redonda,

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



- _____. Relatório da Diretoria - 1954. [s. l.], 1955.
- _____. Relatório da Diretoria - 1955. [s. l.], 1956.
- _____. Relatório da Diretoria - 1956. [s. l.], 1957.
- _____. Relatório da Diretoria - 1957. [s. l.], 1958.
- _____. Relatório da Diretoria - 1958. [s. l.], 1959.
- _____. Relatório da Diretoria - 1959. [s. l.], 1960.
- _____. Relatório da Diretoria - 1960. [s. l.], 1961.
- _____. Relatório da Diretoria - 1961. [s. l.], 1962.
- _____. Relatório da Diretoria - 1962. [s. l.], 1963.
- _____. Relatório da Diretoria - 1963. [s. l.], 1964.
- _____. Relatório da Diretoria - 1964. [s. l.], 1965.
- _____. Relatório da Diretoria - 1965. [s. l.], 1966.
- _____. Relatório da Diretoria - 1966. [s. l.], 1967.
- _____. Relatório da Diretoria - 1967. [s. l.], 1968.
- _____. Relatório da Diretoria - 1968. [s. l.], 1969.
- _____. Relatório da Diretoria - 1969. [s. l.], 1970.
- _____. Relatório da Diretoria - 1970. [s. l.], 1971.
- _____. Relatório da Diretoria - 1982. [s. l.], 1983.
- _____. Relatório da Diretoria - 1983. [s. l.], 1984.
- _____. Relatório da Diretoria - 1985. [s. l.], 1986.

_____. O LINGOTE. Rio de Janeiro, Edição nº01 de setembro de 1953 até a última Edição nº 247 de junho de 1977.

FERRARI, Camila. Projetos de habitação popular como projetos de cidade moderna: os conjuntos habitacionais dos IAP na Grande São Paulo de 1930 a 1964. São Carlos: USP, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LOPES, Alberto. A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. A ferro e fogo. Construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941-1968). São Paulo: Tese de Doutorado apresentada junto ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1989.

PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. PPGSA/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro: 2007. (Tese de Doutorado)

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil . In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. p. [13]-43. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15306>. Acesso em: 20/0/2022.

PINHEIRO, Armando Castelar, OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysóstomo. Privatização no Brasil: passado, planos e perspectivas. Ipea, 1991.



PIQUET, Rosélia. Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 1998

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Hermes de Magalhães e RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento urbano em questão; textos didáticos. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/PUR, 1986.

PIQUET, Rosélia. Indústria e território no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. Garamond, 2007.

SAURIN, Valter; PEREIRA, Breno Augusto D. O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. Revista de Ciências da Administração, UFSC. Ano I, nº 0. Agosto de 1998. Florianópolis-SC. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/7986> Acesso em: 09/06/2021 . Acesso em 02/06/2022.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. 1992. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

VALADARES, Lícia do Prado; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Banco Nacional da Habitação (BNH). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. São Paulo, [ca. 1994] Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banconacional-da-habitacao-bnh>. Acesso em: 23/09/2021.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2009.

WAHRLICH, Beatriz M. de Sousa. A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas - uma apreciação geral. Revista da Administração Pública, n. 18, p. 49-59. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/10623/9612>. Acesso em: 15/05/2022.